

# Os institutos da simplificação e consensualização

Plano de Formação Contínua 2015-2016 – Ação de Formação Contínua Tipo D

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público.

## OBJETIVOS:

- Aperfeiçoamento do nível de conhecimento e otimização da capacidade de aplicação prática dos principais instrumentos legais de simplificação e consensualização no âmbito penal, com o recurso a casos concretos.

Lisboa, 1 de julho de 2016 – INPI- Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Campo das Cebolas , Lisboa

## PROGRAMA

### Manhã

#### 10h00 Abertura

*Direção do Centro de Estudos Judiciários*

**10h15 – 12h30 e 14h00 – 16h30**

**Mesa redonda com a participação de :**

**André Lamas Leite**, *Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto e Consultor da Abreu Advogados*

**Carlos Pinto de Abreu**, *Advogado na Carlos Pinto de Abreu e Associados , Sociedade de Advogados*

**Jorge Marques Antunes**, *Juiz de Direito na Secção de Instrução Criminal da Instância Central do Tribunal da Comarca de Lisboa*

**Rui do Carmo**, *Procurador da República, Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra*

**C E N T R O  
DE ESTUDOS  
JUDICIÁRIOS**

Sede: Largo do Limoeiro 1149-048 Lisboa, Tel : 218 845 600 fax: 218 845 615 [cej@mail.cej.mj.pt](mailto:cej@mail.cej.mj.pt) [www.cej.mj.pt](http://www.cej.mj.pt)

Núcleos: **COIMBRA** – Rua João Machado, 19 – 3º C, 3000-226 Coimbra, Tel: 239834924 Fax: 239828693 \* **PORTO** – Rua de Camões, n.º 155, 6.º piso (Edifício da Caixa Geral de Depósitos), 4049-074 Porto, Tel: 222031299 Fax: 222008944